

IAOD do Deputado Zheng Anting em 18.11.2014

Senhor Presidente,
Caros Colegas:

Hoje, o tema da minha intervenção é “promover a reforma da entidade dos transportes e a inovação das políticas de transportes”.

O 61.º Grande Prémio de Macau, que terminou recentemente, atraiu uma multidão de turistas. Para além das Portas do Cerco, Terminal Marítimo e Aeroporto, que estavam cheios de passageiros, também os principais pontos turísticos e as zonas que já são de grande movimentação ficaram repletos. Isto faz-nos logo pensar na capacidade de acolhimento de turistas, questão essa que toca no transporte, um factor importante para tal capacidade, e também um problema muito criticado pela população, por isso, esta deseja que, no novo mandato do Chefe do Executivo e da sua nova equipa, se possam encontrar soluções para otimizar quanto antes os transportes de Macau.

As concessões dos serviços de transportes públicos em Macau são uma grande confusão. Em 2010, 2011 e 2013, registou-se a falência da Viva Macau, da companhia de navegação Macao Dragon e da Sociedade de Transportes Públicos Reolian e, além dessas, a Radiotáxi Vang lek foi “posta fora” do mercado, neste ano. As inúmeras falhas do Governo causaram problemas em todos os tipos de transporte público, isto é, marítimo, terrestre e aéreo! Até hoje, o Governo ainda não conseguiu reaver o empréstimo de 200 milhões de patacas que tinha atribuído à Viva Macau e, quanto à falência da Macao Dragon, o Governo confiscou apenas a caução de 2 milhões de patacas e, se bem que tenha afirmado que ia imputar à dita empresa a devida responsabilidade jurídica, não sabemos qual será o resultado disto. Além disso, quanto ao processo do caso Reolian, com uma suspeita de burla de dezenas de milhões do erário público, descoberta pelo Comissariado de Auditoria, há que despende um longo tempo.

Para além da necessidade de se proceder a uma avaliação efectiva sobre o regime de concessão, é ainda necessário controlar, de forma precisa, as despesas e a conclusão dos projectos de obras. Por exemplo, as obras do metro ligeiro e do Terminal Marítimo de Passageiros da Taipa têm sido prorrogadas, e não há ainda calendarização concreta para a sua conclusão depois dos excessos repetidos das despesas orçamentais. Perante as interpelações de Deputados, as críticas sociais e o descontentamento da população, o Governo carece ainda de medidas efectivas, e parece que não consegue retirar os devidos ensinamentos das falhas, recorrendo, apenas, ao erário público para a devida resolução.

Enquanto Deputado, tenho que lembrar ao Governo que “as flores não florescem eternamente”, e que deve gastar o dinheiro de forma cautelosa, perante a descida das receitas do jogo. É necessário desistir de despende dinheiro para resolver os problemas, sendo ainda necessário proceder à reestruturação dos serviços de transportes, inovando as políticas de transportes públicos e de trânsito,

no sentido de aperfeiçoar o actual modelo em que o funcionamento do mercado é conduzido pelo Governo, salvaguardando assim as deslocações de residentes e visitantes, garantindo a racionalização do uso do erário público, construindo Macau como centro de turismo e de lazer a nível mundial, bem como reforçando a sua imagem internacional.

Obrigado.

IAOD do Deputado Chan Meng Kam em 18.11.2014

Desejo que os novos governantes maximizem os efeitos de “fogo” e “água”

Aproxima-se o novo mandato do Governo da RAEM, e os diversos boatos que circulam pela sociedade deixam a população entender que a maioria dos efectivos titulares dos principais cargos vai ser substituída. Embora os residentes não tenham o poder de nomear os novos governantes, depositam ainda neles grandes expectativas. Perguntam-se se os novos governantes têm ou não “fogo” e “água”? Em caso afirmativo, como é que podem maximizar os efeitos de “fogo” e “água”? Com a mudança dos governantes no novo mandato do Governo, os residentes aguardam para ver como é que estes materializam as inovações decorrentes do seu novo estilo de actuação.

A população em geral espera que os novos governantes abandonem o formalismo e o culto da personalidade, aproveitando o “fogo”, ou seja, empregando todos os esforços em prol do desenvolvimento socioeconómico e da população. A par disso, devem ainda maximizar os efeitos das 3 bacias de água, isto é, uma para limpar a cabeça para ficar sempre lúcida; uma para limpar as mãos para evitar a corrupção; e uma para limpar os pés para manter a força, com a finalidade de se inteirarem da vida das camadas sociais de base. Os governantes devem prestar apoio à população, resolvendo constantemente os problemas sociais, antigos e novos, a fim de criarem credibilidade.

Com o carinho e o apoio manifestados pelo Governo Central e pelo povo da China, tem-se registado em Macau a estabilidade social e o desenvolvimento económico, ao longo dos 15 anos do estabelecimento da RAEM. Entretanto, no processo de desenvolvimento, para além de êxitos, verificam-se também problemas em várias vertentes, que merecem resolução.

Em relação à área de administração e justiça, os trabalhos insatisfatórios ao nível da reforma jurídica, da coordenação legislativa e da reforma da administração pública têm sido alvo da crítica na sociedade. Em particular, as leis estão desactualizadas; a produção legislativa não está concentrada, o que resulta na má qualidade de redacção e na insuficiência de coordenação; as estruturas de diversos serviços públicos estão expandidas, o que resulta na duplicação de funções e no aumento constante das despesas administrativas, pois cada serviço público actua à sua maneira e a eficácia fica por elevar. Com a tomada de posse, os novos governantes devem encarar estes velhos problemas e adoptar medidas para a sua resolução e, ao mesmo tempo, têm que enfrentar novos problemas. Quando é que podem materializar a inovação do vigente sistema? Trata-se isto de uma prova à inteligência e competência destes novos governantes.

Já existe em Macau alguma poupança a nível financeiro devido ao crescimento em flecha da economia nos últimos 15 anos, a taxa de desemprego é baixa e o salário médio está constantemente a crescer, pelo que muitos residentes acham que a tutela da área da economia e finanças é a das mais fáceis de

governar. A economia de Macau está muito dependente da indústria do jogo e tem apenas uma única estrutura, contudo, ainda não se conseguiu estipular uma Lei de bases do orçamento e o princípio de “gastar de acordo com as receitas” não é científico, pois as despesas do Governo estão sempre a aumentar. Os investimentos resultantes da reserva financeira não têm ousadia, têm uma taxa de retorno financeiro muito baixa e os dividendos que os residentes conseguem obter da economia são muito poucos, por isso esperam pela criação de um fundo de desenvolvimento de investimentos. As PME têm muitas dificuldades, a inflação está constantemente em alta, sendo que estas questões devem ser resolvidas com esforço. O 12.º Plano Quinquenal do País apoia a política da diversificação da economia de Macau e a criação, com a maior brevidade possível, da plataforma de cooperação económica e comercial entre a China e os países de língua portuguesa. O próximo ano é o último ano da implementação do 12.º Plano Quinquenal. Pelo exposto, quais são os resultados que Macau pode apresentar no que se refere à implementação da economia diversificada?

Desde o Retorno de Macau, existe grande estabilidade ao nível da segurança, contudo, devemos adaptar sempre as nossas necessidades às novas realidades. A PSP tem um grande número de efectivos, mas temos alguns problemas, nomeadamente, como seleccionar os melhores, a gestão e a perda dos recursos humanos, como elevar o moral, a substituição dos antigos agentes pelos novos e a criação de um corpo policial com a ajuda da tecnologia. Isto tudo não pode ser apenas um *slogan*.

Muitas pessoas dizem que Macau é uma sociedade constituída por associações e com muitos benefícios sociais. De facto, é uma cidade bastante cultural e enfrentam-se muitas questões, quando se despende um elevado valor do erário público, por exemplo: os residentes estão constantemente a solicitar mais benefícios sociais, mas é difícil prever que o Governo tenha sempre tantas receitas ao seu dispor; o Governo despende anualmente uma soma muito elevada na área da saúde, contudo, a qualidade fica aquém das expectativas; o Governo investe muito nas indústrias criativas, mas ainda estamos a esperar pelos seus resultados; o Governo está a desenvolver a educação, mas é preciso haver mais força motriz para o efeito; a transformação de Macau num Centro de Turismo e Lazer é de grande responsabilidade e é um objectivo de longo prazo.

Existem muitos problemas na área de Solos, Obras Públicas e Transportes, tais como: o congestionamento do tráfego, a não concretização da política da primazia dos transportes públicos, a situação caótica na gestão dos táxis, o atraso na construção do Metro Ligeiro, o descontrolo do aumento dos automóveis e o aumento excessivo dos *shuttle buses*. Para além disso, o problema da habitação é alvo de atenção da cidade e a política de habitação tem falta de um planeamento científico e de longo prazo. Ademais, o problema ecológico está cada vez mais grave e a desactualização do planeamento urbanístico, etc... Tudo isto tem a ver com a vida da população.

Os trabalhos na área da justiça, contra a corrupção e de auditoria são muito

importantes para intensificar o princípio do primado da lei e defender a justiça. Os dirigentes, novos e velhos, não devem só observar as orientações fundamentais, devem ainda executar as reformas numa perspectiva de inovação e dar alguns contributos.

O programa político eleitoral do Sr. Chefe do Executivo Chui Sai On demonstra um rumo de “aspirações comuns para o futuro e partilha da prosperidade”, em busca de avanços positivos, em conjunto e com a participação activa de todos os elementos da sociedade de Macau, de aliar o melhor planeamento às melhores práticas, e de executar as reformas necessárias numa perspectiva de inovação constante. Os dirigentes principais, enquanto equipa da concretização da acção governativa da RAEM, para além de terem aspirações e objectivos comuns que são muito importantes, devem ainda lembrar bem o ditado das “três bacias de água”, assim como devem continuar a ter o pensamento inovador, a coragem de assumir a devida responsabilidade e atingir as metas definidas. Sob o pressuposto da concretização das acções governativas de acordo com a lei, estes dirigentes devem inteirar-se bem das realidades sociais e aspirações da população, promover o desenvolvimento económico e melhorar a qualidade de vida da população, pois só assim podem deixar na História o seu bom nome, porque, quando assumiram o cargo de dirigente, criaram prosperidade social.

IAOD dos Deputados Kou Hoi In e Cheang Chi Keong em 18.11.2014

Ocorreram, nestes últimos anos, um rápido desenvolvimento socioeconómico, um crescimento demográfico constante e um disparo no número de visitantes e no número de veículos motorizados. Se cruzarmos os dados registados há dez anos com os actuais, podemos constatar que a população aumentou de 470 mil para 630 mil (+35%), que o número de visitantes, de 16 milhões para 30 milhões (quase o dobro) e de veículos motorizados, de 143 mil para 236 mil (+70%), só que as instalações de trânsito e os planos de ordenamento das redes viárias não conseguem acompanhar o ritmo de desenvolvimento desta cidade com cada vez mais pessoas e viaturas, daí a dificuldade de transporte, de lugares de estacionamento e de circulação rodoviária ser um problema cada vez mais bicudo.

Por exemplo, a dificuldade no arranjo de transporte tornou-se banal, pois andar nos autocarros apinhados ou ter de “lutar” ou “negociar a tarifa” por um táxi é um fenómeno que se verifica, tanto em Macau como nas Ilhas, durante as horas de ponta. Então, de que soluções efectivas dispõe o Governo para este problema?

Por outro lado, os bairros antigos enfrentam a falta de meios complementares de transporte, de instalações públicas e de silos automóveis, situação esta que, aliada ao facto de serem cada vez mais os veículos automóveis e serem as ruas estreitas e sinuosas, devido às limitações impostas pelas condições objectivas, gera muitos problemas que podem pôr em risco a segurança rodoviária, especialmente na luta que se trava entre peões e viaturas na travessia de ruas, criada pela falta de passagens aéreas para ambos, agravada ainda pela escassez de instalações adequadas de travessia de peões e irrazoabilidade na instalação de algumas paragens de autocarros.

A título de exemplo: na zona Norte, as passadeiras no entroncamento entre a Rua da Tribuna e o Istmo de Ferreira do Amaral estão mal colocadas, por isso, há dificuldades constantes entre os peões e as viaturas; nas horas de ponta, o trânsito na zona do jardim triangular da Areia Preta está sempre congestionado e somos da opinião de que isto se deve às 3 paragens de autocarros existentes; para além disso, muitas viaturas ficam a aguardar um lugar para entrar no auto-silo situado no Campo dos Operários, entre a Avenida Norte do Hipódromo e o túnel da Praça das Portas do Cerco, levando com que uma via da dupla faixa de rodagem se transforme apenas numa faixa, o que leva ao constante congestionamento daquela Avenida e afecta as viaturas que querem seguir para as Portas do Cerco e para a Ilha Verde.

Nas outras zonas também existem problemas relacionados com o trânsito. Existe falta de planeamento geral e de sinalizações no trânsito de Macau, por isso é difícil os automobilistas preverem a situação do trânsito real. Mais, existem peões que, por conveniência, não utilizam as passagens para peões, atravessando a estrada sem cumprir as regras... Com todos os problemas referidos, o Governo tem de resolver, de uma forma simples e com um plano de longo prazo, as questões relacionadas com o trânsito.

Para resolver o problema dos congestionamentos, sugerimos que os serviços competentes aumentem o diálogo com as associações dos moradores, tendo como objectivo planear melhor o trânsito nos locais onde haja grandes congestionamentos, onde acontecem frequentemente acidentes e outras questões relacionadas com o trânsito, melhorando assim as infra-estruturas rodoviárias, implementando adequadamente semáforos e sistemas de videovigilância, instalando lombas, aumentando o número de fiscalizações e punindo tanto os automobilistas como os peões infractores. Ao mesmo tempo, os serviços competentes têm de ajustar profundamente os itinerários dos autocarros e criar filas de espera nas paragens. Mais, devem ainda aumentar os meios de sensibilização, nomeadamente, ao nível dos conhecimentos rodoviários dos automobilistas, residentes e turistas, para estes cumprirem as regras de trânsito.

Face à entrada em funcionamento da ponte HK-Zhuhai-Macau, ao novo acesso entre Guangdong e Macau e à estação do Metro Ligeiro a construir na zona Norte de Macau, a Administração tem de proceder à revisão do planeamento da rede rodoviária desta zona e ao seu estudo, com visão estratégica, e de escolher um local adequado que servirá de “interface” entre as instalações complementares dos transportes, tais como autocarros, táxis, metro ligeiro e autocarros turísticos, no sentido de melhorar o trânsito da zona circundante das Portas do Cerco.

Nestes últimos anos, a população habitacional das Ilhas tem aumentado cada vez mais, resultante da construção dos novos edifícios privados, das habitações públicas em Seac Pai Van e dos vários *resorts* de jogo e entretenimento no Cotai, sendo previsível que, nos próximos anos, as ilhas se transformem numa zona habitacional e turística relevante em Macau. Portanto, em articulação com as características e o posicionamento de Macau, o Governo deve ter uma nova mentalidade para traçar quanto antes a rede rodoviária entre a península de Macau, Coloane e Taipa, nomeadamente na área do turismo, para a construção de Macau como “cidade com condições ideais de vida e de turismo”.

Contamos que o Governo, em articulação com o desenvolvimento urbanístico dos bairros novos e antigos, comece quanto antes o estudo de uma proposta do reordenamento do tráfego para resolver os problemas urgentes e defina a calendarização para o aperfeiçoamento gradual das redes e instalações rodoviárias complementares, no sentido de concretizar o posicionamento de Macau como centro de turismo e de lazer a nível mundial e de satisfazer as necessidades do trânsito.

IAOD do Deputado Chui Sai Peng em 18.11.2014

O Regulamento Administrativo n.º 23/2011 (Recrutamento, selecção, e formação para efeitos de acesso dos trabalhadores dos serviços públicos) foi publicado no dia 8 de Agosto de 2011 e entrou em vigor a 8 de Setembro do mesmo ano. O regime de gestão centralizada para ingresso na Função Pública do Governo da RAEM começou a consolidar-se. Por forma a coordenar-se com a implementação desse regime, o Chefe do Executivo mandou publicar no dia 15 de Agosto de 2011 o Despacho do Chefe do Executivo n.º 230/2011, para aplicar primeiramente a gestão centralizada para os processos de recrutamento e selecção das carreiras de técnico superior e adjunto-técnico. Segundo os dados dos SAFP, o objectivo daquele regime é concretizar, passo a passo, a gestão centralizada dos concursos de ingresso na Função Pública das 34 carreiras de regime geral e das carreiras de regime especial.

Após Agosto de 2012, os SAFP realizaram o 1.º concurso centralizado de ingresso, cujo n.º de candidatos excedeu 15 mil, e que foi muito além do previsto, ou seja, dos 6 mil. Até ao momento, o Governo realizou 5 concursos centralizados de ingresso para as duas carreiras que já referi, abrangendo 7 áreas funcionais e 268 vagas, mas a maior parte das vagas continua ainda por preencher. A sociedade criticou várias vezes a baixa eficácia administrativa da aplicação do concurso centralizado de ingresso, o desperdício de recursos públicos, as colocações erradas, etc. Sabe-se ainda que os milhares de pedidos para o ingresso na Função Pública também vieram aumentar a pressão dos serviços competentes.

A intenção da criação do regime de gestão centralizada para ingresso na Função Pública é evitar nepotismo no recrutamento de pessoal e elevar a eficácia dos trabalhos de recrutamento dos seus funcionários, tratando-se de acções pragmáticas feitas pelo Governo da RAEM para o impulsionamento de serviços administrativos íntegros e a reforma da administração pública. Mas, segundo informações, os procedimentos administrativos do recrutamento centralizado são mais rigorosos, no entanto, são ainda complexos, o que contraria o lema da simplificação dos procedimentos e do facilitar a vida à população. Assim, a sociedade espera que, no pressuposto da salvaguarda da qualidade, as etapas intermédias possam ser simplificadas. Numa das intervenções antes da ordem do dia de há dois anos, referi que a gestão centralizada do ingresso na Função Pública deve ser feita tendo em conta o factor “utilização mínima de recursos humanos para conseguir uma eficácia administrativa máxima”. Segundo a experiência dos últimos 2 anos, não há dúvida que o custo administrativo foi o dobro do resultado obtido.

A ideia do recrutamento centralizado para o ingresso de pessoal da Função Pública é positiva; o que está em causa é o conteúdo do seu regime e a sua prática, isto é, como equilibrar a sua qualidade e eficácia, tornando-o um regime mais justo e imparcial, ou seja, os serviços públicos podem contratar talentos e, ao mesmo tempo, escolher os preferidos. Como é uma questão complicada, quero

aproveitar hoje para falar sobre o recrutamento e selecção dos funcionários públicos pertencentes às categorias mais baixas. Actualmente, o recrutamento destes funcionários, por exemplo, motoristas e auxiliares, ainda é processado através do concurso de ingresso externo. Consultei os dados constantes do Boletim Oficial e concluí que, do tempo gasto para recrutar um motorista e auxiliar nos serviços públicos entre 2013 e 2014, o mais rápido foi seis meses, e houve situações em que o processo demorou nove meses e até mais. Cito um exemplo: se um motorista de um determinado serviço mudar para outro serviço, isto significa que, apesar de um serviço conseguir suprir uma vaga de motorista, o outro já precisa de desencadear um longo processo e de, pelo menos, seis meses, para recrutar um motorista, e aí podemos imaginar a sequela derivada, o que só leva tempo para suprir as vagas dos profissionais da linha de frente entre serviços públicos, e assim as desvantagens são maiores do que as vantagens.

Quanto aos funcionários que exercem funções de motorista de pesados ou de ligeiros e de auxiliar, entre outras de categorias mais baixas, as competências técnicas e os conhecimentos exigidos actualmente por diferentes serviços públicos no ingresso das referidas vagas são quase idênticos. O recrutamento centralizado e a respectiva afectação através de sorteio assemelham-se mais convenientes ao provimento dos referidos tipos de funcionário. Assim sendo, sugere-se aos serviços competentes que efectuem um estudo sobre a aplicação do regime de recrutamento centralizado e de selecção para as vagas que pertencem ao grupo de operários da carreira geral, bem como para as de motorista de pesados ou de ligeiros das carreiras especiais, devendo os Serviços de Administração e Função Pública (SAFP) realizar periodicamente um concurso centralizado para o recrutamento de pessoal das referidas carreiras, com vista a constituir uma reserva de indivíduos que satisfaçam os requisitos de ingresso e que estejam com vontade de trabalhar nos serviços públicos. Os SAPF podem proceder à afectação, segundo os dados da reserva, num determinado prazo razoável, do pessoal para satisfazer as necessidades dos serviços públicos. Isto tanto pode contribuir para concluir, o mais rápido possível, o processo de preenchimento de vagas, reduzindo os custos administrativos, como para evitar que os residentes passem por um calvário devido à realização de muitas provas, mais ainda, vai evitar o surgimento de lutas entre serviços públicos no recrutamento de trabalhadores.

Há ainda margem para aperfeiçoamento do regime de recrutamento centralizado. O Governo da RAEM deve elevar a eficiência administrativa, efectuar uma boa análise sobre a adequação dos candidatos às necessidades dos serviços públicos, estudar e definir procedimentos, bem como efectuar a selecção tendo em conta as características especiais de diferentes carreiras. Nesse sentido, não vai contrariar a intenção original do referido regime estabelecido e dará ainda muito contributo para os trabalhadores, serviços públicos e até residentes que usufruam dos serviços prestados.

IAOD do Deputado Ho Ion Sang em 18.11.2014

Face aos persistentes altos preços dos imóveis, muitos cidadãos perderam a sua esperança em adquirir uma casa, inclusivamente uma habitação económica, devido à inexistência de um prazo de espera. Por isso, à medida que se vai reforçando a cooperação entre Guangdong e Macau, alguns residentes locais optam por comprar a sua casa em Zhuhai. Nos últimos anos, a Ilha de Hengqin, que passou a ser um ponto de desenvolvimento estratégico nacional, reúne condições atractivas, nomeadamente horário de funcionamento prolongado do posto fronteiriço e permissão de entrada de veículos motorizados, para que os residentes de Macau adquiram lá imóveis. Tendo em conta esta situação, os promotores imobiliários da China e de Macau realizaram, neste território, vários tipos de promoção de bens imóveis a construir no Interior da China. Como as leis e procedimentos de compra e venda de imóveis são diferentes nos dois lados, os compradores de Macau são vulneráveis a prejuízos, caso não dominem as devidas informações.

Na verdade, ao abrigo da lei sobre o método de gestão da venda de habitações urbanas em construção na China, as empresas de desenvolvimento imobiliário estão inibidas de vender imóveis em construção, se não estiverem devidamente autorizados; para o efeito, têm de dispor do certificado para o aproveitamento do terreno, projecto de construção autorizado e plano de pré-venda, incluindo os prazos previstos para a construção e conclusão das obras e da entrega das habitações aos adquirentes. Em paralelo, é-lhes exigido ainda um investimento correspondente a 25% dos encargos totais da construção. Se pretenderem proceder à venda fora da China, têm ainda de obter a respectiva autorização, na qual se indica a proporção das habitações destinadas a esse

efeito. Na província de Guangdong, para além dessas condições, prevê-se ainda que, no caso de edifícios com menos de 7 pisos, é necessário ter as obras de fundação concluídas, enquanto nos de mais de 7 andares, dois terços das referidas obras concluídas, bem como uma conta bancária aberta para a dita finalidade.

Se bem que a lei da China proíba expressamente a venda de fracções em construção, sem a “autorização de venda prévia”, o certo é que, segundo as queixas dos residentes, alguém o fez num terreno de Zhuhai, antes de estarem 2/3 das obras estruturais concluídas, o que é contrário à lei, pois o terreno ainda está abandonado, sem qualquer sinal de obra. Trata-se, portanto, de um modo de promoção de venda que tem como destinatários os residentes de Macau, utilizado pelos promotores para, sob a forma de “pré-inscrição” ou “adesão à lista de aquisição”, cobrar o sinal de compra aos interessados, ou seja, para, sob a forma de subscrição, vender as fracções em construção. Será que os mediadores e agentes imobiliários têm conhecimento dos factos e transmitiram aos interessados as informações e os riscos que correm? Asseveraram os agentes imobiliários de Macau que a venda dessas fracções em construção tem tido uma reacção positiva, que os sinais entregues ultrapassam de longe o que se esperava e que as fracções já foram todas vendidas. Agora, se o contrato for celebrado e as prestações realizadas, sem uma informação clara dos factos, podem os interessados correr riscos desnecessários, resultantes, nomeadamente, da não conclusão das obras, da não observância das normas jurídicas por parte dos promotores, no sentido de constituir uma conta para o depósito dos montantes cobrados na venda das fracções em construção, ou da aplicação por parte do promotor das prestações cobradas para um fim diverso.

Com o contínuo aprofundamento da cooperação entre Guangdong e Macau, a aquisição de uma casa na China por parte dos residentes de Macau torna-se cada vez mais generalizada, por isso entendo que as autoridades competentes devem prestar atenção e acompanhar atempadamente os casos de promoção de venda de fracções em construção, sem a devida autorização, por parte de alguns agentes imobiliários de Macau, para salvaguardar os direitos e interesses dos seus residentes. Se bem que a lei de acesso à actividade de mediação imobiliária preveja um conjunto de obrigações legais a serem cumpridas pelos mediadores e agentes imobiliários, a verdade é que essas normas só se aplicam a imóveis localizados em Macau. Portanto, as autoridades devem pensar nas formas para uma eficaz monitorização das vias utilizadas em Macau na venda de fracções em construção localizadas no exterior, no sentido de assegurar o acesso por parte dos interessados às informações relevantes, para que possam decidir adequadamente. Por último, o residente que queira adquirir uma fracção na China também se deve inteirar sobre as respectivas normas jurídicas e formalidades e sobre a situação do estaleiro de obra, ou seja, tem de ter os olhos bem abertos.

IAOD da Deputada Wong Kit Cheng em 18.11.2014

É necessário resolver os problemas com os transportes terrestres em Macau

A política da primazia dos transportes públicos assenta na Política Geral de Trânsito e Transportes de Macau (2010-2020), e institui uma rede de transportes constituída por um sistema de metro ligeiro, como “coluna vertebral” do sistema de deslocações, autocarros e táxis, como sistema de base, e um sistema pedonal de apoio. A partir daqui, a política de trânsito assenta na primazia dos transportes como núcleo e as autoridades sempre alegaram o aumento da qualidade dos serviços prestados nos transportes públicos. Após quatro anos, ao olharmos para os meios de transporte público, vemos que a entrada em funcionamento do metro ligeiro, remédio para resolver os problemas, está sempre a ser adiada, restando apenas autocarros e táxis. Infelizmente, verificaram-se problemas sucessivos com estes, com um fracasso completo nos transportes públicos terrestres. Assim, não se concretiza a política da primazia dos transportes públicos. Quanto a este assunto, residentes, elementos do Conselho do Trânsito e deputados já apresentaram muitas opiniões. Mesmo assim, as autoridades apenas pedem para tolerarmos a situação, mas não resolve os problemas radicais. Perante o agravamento da situação do trânsito, o Governo deve resolver, quanto antes, as questões existentes tanto nos táxis como nos autocarros e não mais as deixar abertas.

O autocarro é o meio de transporte mais importante em Macau e os problemas sucessivamente verificados estão ainda por resolver, por exemplo, a confusão nos contratos celebrados. Os residentes e profissionais, em geral, criticam o novo modelo de prestação de serviços de autocarros e o próprio Chefe do Executivo também referiu, no Balanço das Acções do Governo da RAEM realizadas no Ano Financeiro de 2014, que estava consciente da existência de um certo desfasamento entre o novo modelo de serviços de autocarros e o pretendido pela sociedade. Com efeito, a causa principal dos conflitos é os autocarros serem pouco frequentes, pois os residentes queixam-se da sua falta, ao passo que os profissionais do sector afirmam que não se pode aumentar as frequências livremente e os transportes públicos não têm qualquer prioridade nas vias, etc. Perante todas estas questões, o Governo deve regularizar os contratos celebrados, nunca mais respondendo à população com o argumento de “resolver conforme a lei”, nem tão-pouco de “resolver só na altura da renovação do contrato”. Agora, o serviço de autocarros é prestado sob controlo do Governo, que deve não só assegurar o número das frequências de partidas, como aumentá-las consoante as circunstâncias concretas, concretizando assim a primazia dos transportes públicos para ajudar os residentes.

Quanto ao serviço de táxis, pensava-se que a concretização da medida dos “radiotáxis amarelos por chamada” podia resolver as dificuldades em apanhar táxi, mas o Governo anunciou que não vai renovar o contrato com essa empresa, e apontou ainda que “a taxa de sucesso por dia em conseguir apanhar os ‘táxis

amarelos' por chamadas telefónicas é baixa, assim sendo, acredita-se que a saída desses táxis do mercado não vai causar grandes influências”, e decidiu então implementar um projecto complementar, isto é, reforçar o número de táxis pretos e os serviços destes por chamada. Mas, depois da entrada em funcionamento dos táxis pretos já reforçados, o seu número mantém-se apenas em menos de 1400, facto que não consegue satisfazer as necessidades dos residentes. Com 30 milhões de turistas à nossa frente, isto é como “atirar bois feitos de lama ao mar”. Face às longas filas de espera do aeroporto, terminais marítimos e Portas do Cerco, como é que o Governo consegue provar aos turistas que Macau tem capacidade de se transformar num centro mundial de turismo e lazer? Mais ainda, os “serviços por chamada” não devem ser necessariamente prestados pelos táxis pretos, porque não se consegue garantir basicamente que têm mesmo de atender as chamadas. Ainda segundo queixas de residentes, após a saída dos táxis amarelos do mercado, ouve-se muitas vezes, dentro dos táxis pretos, as informações divulgadas pelo centro de chamadas de radiotáxis – “do local A para o local B, com oferta de mais algumas prendas”. Esta situação ocorre de maneira aberta e sem escrúpulos. O Governo deve acompanhar estas irregularidades, explicar aos residentes o funcionamento pormenorizado dos “serviços por chamada” dos táxis pretos e o modelo de cooperação, e como garantir o acesso a este tipo de transporte. O mais importante, ainda, é realizar de imediato concursos e apresentar uma calendarização clara aos nossos residentes, para que possam saber quando é que os “táxis apenas por chamada” podem regressar ao mercado.

O Regulamento dos Táxis não consegue resolver as actuais irregularidades, tais como, recusa de transporte, selecção de clientes, etc. O Governo manifestou várias vezes que o Regulamento ia entrar no processo legislativo, no entanto, nada se vê quanto ao projecto para a sua revisão. E, quanto às questões de instalação de sistemas de vídeo, adopção do método de “cartas marcadas”, etc., o Governo não conseguiu ainda mostrar a sua determinação. Face a estas situações, o Governo deve introduzir ajustamentos, isto é, combater rigorosamente as irregularidades. A criação de uma lei leva tempo. Assim, face às irregularidades dos táxis, apoio o Governo no contínuo reforço da aplicação da lei.

O Gabinete de Estudo das Políticas do Governo da RAEM publicou recentemente as opiniões e sugestões da sociedade, recolhidas durante o período de candidatura ao cargo de Chefe do Executivo, e a partir daí constata-se que o primeiro assunto que mais preocupa os residentes é o trânsito. Assim sendo, o público deseja que o novo Governo consiga com determinação desatar o nó dos transportes terrestres, aperfeiçoar os serviços de táxis e autocarros, acelerar a construção do Metro Ligeiro, concretizar a política de “prioridade dos transportes públicos”, restringir efectivamente o aumento do número de veículos, aumentar o número de lugares de estacionamento, otimizar a gestão das vias, aliviar os congestionamentos, melhorar de forma geral a situação do trânsito e resolver a questão das deslocações dos residentes.

IAOD do Deputado Lau Veng Seng em 18.11.2014

A indústria do jogo é, face ao contributo económico e ainda ao peso da força laboral empregue, o pilar da estrutura económica local, tendo-se registado um crescimento, em anos consecutivos, que é a base da estabilidade económica que temos vindo a viver. Mas, segundo os dados da Direcção de Inspeção e Coordenação de Jogos, relativamente ao período homólogo, os lucros livres de impostos do sector do jogo caíram no mês passado 23%, ou seja, desceram para 28 mil milhões de patacas, a taxa mais baixa registada num mês, situação que dura há já cinco meses consecutivos, o que muito preocupa a sociedade.

O Governo tem vindo a apostar, nestes últimos anos, na promoção do desenvolvimento económico e na diversificação industrial, na transformação de Macau num centro mundial de turismo e lazer, na formação de quadros qualificados, na conversão gradual da estrutura económica e na dinamização, através de políticas e medidas de apoio, do desenvolvimento das indústrias emergentes. Em resultado, o peso das indústrias não-jogo, segundo os dados, não pára de crescer, especialmente dos sectores de venda por grosso e a retalho, de hotelaria, de restauração, de construção civil e de finanças, cujos rendimentos antes de impostos atingiram em 2013 mais de 160 mil milhões de patacas, o dobro do registado em 2009. São portanto dados que mostram que a diversificação económica está a dar os seus primeiros frutos.

Se bem que seja inseparável a sua ligação com a indústria do jogo, de que o seu desenvolvimento e crescimento dependem, a verdade é que a reacção da sociedade quanto às preocupações sobre a queda das receitas do jogo bem mostra que a atitude é não só de dependência continuada do mesmo, admitindo-se apenas crescimento e não decréscimo nas receitas provenientes do jogo, mas também de preocupação somente com o fenómeno da sua evolução, o que não é saudável, além do reflexo da falta de confiança sobre as potencialidades das outras indústrias.

Enquanto se mantém a estabilidade do desenvolvimento da indústria pilar de Macau, deve-se também pensar nos passos do desenvolvimento da diversificação da indústria e aumentá-los, com vista à alteração da estrutura económica de Macau. De facto, é importante que os serviços competentes disponibilizem mais atenção para encontrar novas indústrias para Macau, assim como se deve elevar e manter as especificidades das existentes, bem como prestar mais atenção e disponibilizar mais recursos para o desenvolvimento de outras indústrias, nomeadamente, ao nível dos recursos humanos. Os serviços competentes devem ainda elevar, nomeadamente, o nível profissional dos que trabalham na construção civil, assim como, através da formação profissional, melhorar o serviço de venda a retalho, nomeadamente, as atitudes e a qualidade do pessoal, com vista ao crescimento, ao apoio e ao desenvolvimento sustentável deste serviço, diminuindo a sua dependência, e a das indústrias criativas, em relação ao jogo. Deve-se disponibilizar meios para uma indústria mais diversificada, nomeadamente, alterar, aumentar e atrair fontes de turistas com mais qualidade,

diminuindo assim o impacto negativo na cultura, sanidade e ambiente de Macau, para a população e os turistas conseguirem sentir Macau como um Centro Mundial de Turismo e Lazer onde se vive e se passeia bem. Após o desenvolvimento da diversificação da indústria, os residentes devem especificar e elevar as suas capacidades na sua área específica. No 2.º semestre do próximo ano, vamos ter uma 2.ª vaga de desenvolvimento e prevê-se que, nessa altura, as receitas do jogo vão crescer em flecha novamente, por isso, enquanto a indústria do jogo crescer em grande escala, as outras indústrias também devem ter o seu espaço de crescimento e sobrevivência.

IAOD do Deputado Si Ka Lon em 18.11.2014

Apelo ao Governo do novo mandato que apoie a população para esta viver feliz

No Programa Político Eleitoral apresentado pelo Chefe do Executivo, o capítulo do “Ambiente habitável” foi destacado, em relação aos três capítulos restantes. Refere-se neste capítulo que a futura política de habitação de Macau será norteada por dois pontos-chave: o primeiro visa assegurar aos cidadãos a garantia básica de habitação através do sistema de habitação pública; o segundo consiste em aproveitar os mecanismos de mercado para satisfazer as necessidades de habitação das diversas camadas sociais. Recentemente, no decorrer da apresentação do Balanço das Acções do Governo, o Chefe do Executivo referiu que estava a estabelecer um mecanismo eficiente de longo prazo para assegurar a habitação. O Governo tem-se empenhado em implementar, de forma programada, o objectivo governativo de “habitação para todos, bem-estar para todos”, articulando as medidas da habitação social, da habitação económica e do mercado imobiliário privado. O Governo vai lutar por concluir, antes de 2020, uma parte da construção da habitação pública na zona A dos novos aterros, estudando equacionar novos modelos de habitação pública, por exemplo, disponibilizar habitação para jovens e estimular o desenvolvimento de obras por parte dos proprietários privados, no sentido de aumentar a oferta de fracções habitacionais.

Certamente, o Governo envidou muitos esforços, nos últimos 5 anos, para fazer face à questão da habitação, nomeadamente, a atribuição das fracções do projecto de construção das 19 mil habitações públicas aos agregados familiares em lista de espera, a aceleração da concretização do novo projecto de habitações públicas que se segue ao anterior já referido, bem como o novo planeamento da construção de 28 mil habitações públicas na zona A dos novos aterros. Entretanto, as necessidades ao nível da habitação mantêm-se prementes, pois, em cada concurso para habitações públicas, tanto económicas como sociais, os candidatos atingem uma dezena de milhares. Em particular, muitos candidatos para habitações sociais têm necessidades prementes ao nível habitacional, por isso, o Governo deve adoptar medidas mais efectivas, a curto e médio prazos, para garantia habitacional.

A posse de uma casa permite às pessoas viverem sossegadas e sentirem o amor da família. As autoridades têm uma margem relativamente grande para melhorar o planeamento urbanístico e assegurar o direito à habitação dos residentes, e a nova equipa do Governo deve dar prioridade a estas funções na sua acção governativa. Em relação a este aspecto, apresento as seguintes sugestões:

1. Aperfeiçoar a legislação sobre o reordenamento dos bairros antigos e o respectivo plano de desenvolvimento, e criar empresas públicas, dominadas pelo Governo, no sentido de promover, activamente e quanto antes, o aproveitamento de terrenos dos bairros antigos. O trabalho de reordenamento dos bairros antigos encontra-se na fase inicial há mais de dez anos e tem enfrentado várias dificuldades, mas mesmo assim há toda a necessidade de ultrapassá-las com determinação e inteligência, e ainda de conseguir progressos substanciais para que os residentes depositem esperança neste trabalho de reordenamento.

2. Aperfeiçoar a política de habitação pública, determinar, quanto antes, o novo tipo de habitação pública para jovens e criar um regime que permita a conversão dos três tipos de habitação pública (habitação social, habitação económica e habitação pública para jovens). Esclarecer todas as condições necessárias à candidatura para essas habitações públicas, a sua quantidade e calendarização, e criar uma medida que permita, primeiro, o arrendamento e, depois, a aquisição, para que os residentes possam fazer uma auto-avaliação e ver o rumo para a futura aquisição de casa.

3. Reforço na avaliação e apoio aos candidatos a habitações sociais. Considerando a fraca situação económica dos agregados familiares que se candidatam a habitações sociais, estes, enquanto aguardam por uma fracção autónoma, têm que aguentar com as rendas elevadas das habitações do mercado imobiliário privado, por isso, deve o Governo prestar-lhes o maior apoio. No âmbito do actual “plano provisório de atribuição de abono de residência destinado aos agregados familiares que se encontrem na lista de espera de habitação social”, os agregados constituídos por uma ou duas pessoas recebem um abono de 1650 patacas e, com mais de três, recebem 2500 patacas, o que está totalmente desarticulado dos níveis actuais das rendas no mercado imobiliário. Deste modo, na minha opinião, deve-se atribuir-lhes um apoio mais significativo. Por outro lado, devido a um problema de articulação entre os regimes de habitação social e a alterações na composição dos agregados familiares, muitas famílias com dificuldades perderam o direito a habitação social. O Governo deve criar um sistema de avaliação dessas famílias em situação especial, através de acompanhamento especializado por assistentes sociais, atribuindo a esse grupo específico de agregados familiares o direito a habitação social.

A resolução do problema da habitação é um trabalho relacionado com o bem-estar social e com a satisfação de uma expectativa da população. Se o novo Governo se preocupar de facto com as necessidades da população, deve então assegurar-lhe o direito a uma habitação para que a sua expectativa venha a ser realizada.

IAOD da Deputada Song Pek Kei em 18.11.2014

Até finais de Setembro deste ano, o número de TNR em Macau foi de 162.877, um aumento de 32.055, em comparação com o período homólogo do ano passado e, para além de ter atingido 41,5% da população activa, este é ainda o maior número registado desde sempre. Ademais, atendendo à conclusão dos projectos no COTAI, a escassez de mão-de-obra em Macau vai ficar pior e, em consequência, será maior a procura de TNR. Perante a subida brusca do número destes trabalhadores, houve sempre vozes na sociedade a solicitar ao Governo que desse importância a esse problema e revisse a política de gestão de TNR, optimizasse os respectivos recursos físicos e humanos, e equilibrasse os interesses entre os TNR e os residentes.

Que os TNR ofereceram grandes contributos para o desenvolvimento de Macau, isso não se questiona, mas as respectivas medidas de gestão estão desactualizadas. Recentemente, um incêndio ocorrido na Rua do Tarrafeiro provocou a morte de quatro TNR. Os TNR que saem da sua terra para trabalhar só querem ganhar mais uns avos. Se o empregador não lhes facultar um abrigo, apenas podem pegar no subsídio de residência pago pelo empregador para arrendar uma fracção. A grande procura de arrendamento das fracções pelos TNR fez subir ainda mais as rendas de Macau. Ora, independentemente do valor das rendas, as fracções são arrendadas facilmente, o que contribui para um aumento contínuo do preço dos imóveis, obrigando os residentes de Macau a viver sob o alto preço dos imóveis e a grande inflação, dando lugar ao aparecimento de conflitos sociais. Devido às altas rendas, os TNR com baixos rendimentos, muitas vezes, só podem arrendar um abrigo juntamente com outros TNR, ou arrendar fracções subdivididas, o que é ilegal e pode ser perigoso em termos de segurança.

Há opiniões na sociedade a pretenderem que o Governo negocie com as grandes empresas que contratam grande quantidade de TNR, para estas assumirem as devidas responsabilidades sociais, por exemplo, proporcionar alojamento e transporte para os seus TNR, o que, por um lado, contribuirá para melhorar o ambiente onde vivem e atenuar a pressão de vida, e, por outro, para reduzir as rendas dos imóveis e a pressão dos transportes públicos, de forma a contribuir para uma sociedade harmoniosa. Perante esta situação, o Governo deve, com todo o rigor, ouvir a opinião pública, assim como ponderar negociar com as grandes empresas para a discussão dos referidos problemas, para estas assumirem o alojamento dos seus TNR, de forma a reduzir a pressão das rendas, na sua totalidade, e contribuir para diminuir o alto preço dos imóveis, permitindo à população arrendar casas a preços mais razoáveis. Embora as seis empresas concessionárias do jogo proporcionem transporte para os seus trabalhadores, como estas optam por contratar outras empresas para o desenvolvimento de grandes empreendimentos e para a gestão de pessoal, assim, acabam por não proporcionar transporte aos TNR da construção civil. Perante isto, a DSAT afirmou que já tinha negociado com três empresas concessionárias, para a discussão das medidas de fornecimento de transporte aos seus TNR, e que o respectivo plano-piloto já tinha sido implementado em finais de Setembro. Espero que as

autoridades possam divulgar, quanto antes, mais informações sobre os resultados das negociações e a calendarização do respectivo plano.

Actualmente, os TNR podem entrar em Macau com visto de viagem para arranjar emprego. Perante esta situação, a DSAL está a proceder à revisão e aperfeiçoamento do “Regime do licenciamento e funcionamento das agências de emprego” e ao estudo e revisão da “Lei da contratação de trabalhadores não residentes”. Daí se pode verificar que, com o aumento substancial do número de TNR, o Governo tem vindo a dar grande importância à sua gestão. O Governo deve aproveitar esta altura para aperfeiçoar os regimes relativos a TNR, reforçando a respectiva gestão, por exemplo, acelerar a implementação da passagem de 24 horas na fronteira e promover as grandes empresas a assumirem as devidas responsabilidades sociais, nomeadamente, o fornecimento de alojamento e transporte. Se o Governo adoptar uma visão prospectiva para definir a política de gestão de TNR e aperfeiçoar os respectivos *software* e *hardware*, isso poderá trazer efeitos positivos para Macau, na definição, científica e integral, da futura política demográfica, na construção de uma cidade habitável e na promoção de uma sociedade harmoniosa.

IAOD da Deputada Lei Cheng I em 18.11.2014

Há dias, o Sr. Chefe do Executivo apresentou o programa orçamental para o próximo ano, referindo a continuação do reforço das medidas de apoio às famílias em situação vulnerável, às pessoas portadoras de deficiência e aos grupos com baixos rendimentos; a proposta do aumento das remunerações dos funcionários públicos, já para o próximo mês de Janeiro, passando cada ponto do índice da tabela salarial para 79 patacas; e apelou às empresas, em geral, para aumentarem os salários e regalias dos seus trabalhadores, com vista a uma aproximação à taxa da inflação e ao actual nível de vida de Macau. Contudo, o dirigente máximo nada referiu em relação à actualização do salário mínimo dos trabalhadores que prestam serviços na área de limpeza e segurança adjudicados por serviços públicos, nem se preocupou com estes trabalhadores de base que insistem em ganhar o pão de cada dia com o seu próprio esforço.

O salário mínimo destes trabalhadores não é actualizado desde Junho de 2013, e, quando interpelei a Administração sobre a revisão da actualização dos seus salários, a resposta do Governo foi que tinha sido iniciado o processo legislativo sobre o salário mínimo para os trabalhadores de limpeza e de segurança na área de administração de propriedades, e que o âmbito do salário mínimo se aplicava aos trabalhadores que prestam serviços de limpeza e de segurança adjudicados por serviços públicos, por isso, o valor do salário mínimo destes últimos também ia aumentar após a aprovação desta proposta de lei. Todavia, todos os bens estão cada vez mais caros e a taxa de inflação tem subido bruscamente. A vida destes trabalhadores depende do seu salário e não se justifica que o Governo alegue o início do processo legislativo para suspender indefinidamente a actualização do respectivo salário mínimo!

É necessário alertar o Governo que a legislação do salário mínimo carece de tempo e que esta lei não produzirá efeitos de imediato, mesmo aprovada. Nestes últimos anos, o Governo tem ajustado, de vez em quando, o salário mínimo dos trabalhadores das camadas de base prestadores dos serviços de limpeza e de segurança adjudicados por serviços públicos, mas não procede ao respectivo ajustamento há mais de ano e meio. Como o salário mínimo se mantém em 26 patacas por hora, 208 patacas por dia ou 5 408 patacas por mês, então é muito grande a pressão de vida dos trabalhadores em questão, tendo em conta os preços altíssimos actualmente praticados. O “congelamento do salário” decorrente da necessidade de aguardar pela legislação do salário mínimo é, de facto, um pretexto do Governo.

Exijo ao Governo que tenha em conta, antes da vigência da lei, as mudanças salarial e económica em Macau, procedendo, quanto antes, ao ajustamento do salário mínimo dos trabalhadores prestadores dos serviços adjudicados por serviços públicos, com vista a atenuar a sua grande pressão de vida.

IAOD da Deputada Kwan Tsui Hang em 18.11.2014

Recentemente, o Chefe do Executivo apresentou o balanço do trabalho do Governo referente a este ano, e um dos principais objectivos da acção governativa deste mandato consiste em criar mecanismos eficientes de longo prazo nos cinco grandes domínios ligados à vida quotidiana da população, o que merece o nosso elogio! Há quem entenda que, nestes 15 anos a seguir à transferência de poderes, a economia de Macau se tem desenvolvido de forma acelerada e o dinheiro do cofre público aumentado constantemente, mas que os problemas sociais, nomeadamente de trânsito, habitação e cuidados de saúde, ainda não foram resolvidos.

Nestes últimos anos, embora as autoridades tenham concluído a construção das 19 mil fracções de habitação pública e concretizado o 1.º nível do regime de segurança social abrangendo toda a população, ainda não foram definidos planos e políticas de habitação pública a longo prazo, nem estabelecido o 2.º nível do regime de segurança social, ou seja, o regime de previdência central; a nível da educação, embora tenham sido injectados bastantes recursos, grande parte das escolas, nomeadamente da zona Norte, continua a enfrentar problemas de falta de espaço e de *hardware*; na ausência de *hardware* e *software* para o sistema de saúde e de mecanismos eficientes de longo prazo para a formação de talentos, o Governo salientou, novamente, a criação de mecanismos eficientes de longo prazo nos cinco grandes domínios, mas nesta fase ainda há um longo caminho a percorrer.

Desde o passado mês de Junho, registaram-se 5 meses seguidos de quebras nas receitas do jogo, o que bateu novo recorde em Outubro e representa já um alarme para o desenvolvimento socioeconómico de Macau; embora nestes últimos anos se tenham registado saldos financeiros favoráveis, as despesas financeiras públicas têm aumentado constantemente, e, para assegurar a utilização racional e adequada do erário público, é premente pôr em prática a lei de enquadramento orçamental!

Aproxima-se o novo mandato do Governo e a RAEM vai entrar numa fase de desenvolvimento a médio prazo. Em relação às políticas económicas, solicito ao novo governo que proceda a avaliações sobre os riscos que decorrem do abrandamento do crescimento económico e da mudança económica, fazendo preparativos para enfrentar a situação. Deve o Governo adoptar medidas para promover a diversificação adequada da economia e definir bem os objectivos em termos quantitativos para os residentes fiscalizarem a eficácia administrativa. Quanto às políticas da vida quotidiana, o Governo deve acompanhar as questões da habitação, trânsito, saúde, educação e equipamentos sociais, as quais desagradam muito à população. O Governo deve ainda adoptar medidas para aumentar a eficácia administrativa, a fim de resolver problemas relativos à vida da população. Quanto à criação de mecanismos eficientes de longo prazo, o

Governo deve aproveitar bem as verbas avultadas para criar bases financeiras, de modo a concretizar os cinco mecanismos eficientes de longo prazo, incluindo para a segurança social e o sistema de saúde, e para assegurar a habitação, o sistema de educação e a formação de talentos, e ainda o respectivo funcionamento!

No futuro, a estratégia para o contínuo desenvolvimento da economia, um sistema eficiente para resolver problemas da vida da população e a construção e concretização dos referidos cinco mecanismos são três tarefas delicadas para o novo governo concluir, tratando-se ainda de pontos decisivos para o desenvolvimento sustentável de Macau!

IAOD da Deputada Chan Melinda Mei Yi em 18.11.2014

A Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) aprovou a “Declaração dos Direitos da Criança”, em 20 de Novembro de 1959, e a “Convenção sobre os Direitos da Criança”, em 20 de Novembro de 1989, por isso, o dia 20 de Novembro passou a ser o “Dia Mundial da Criança”. A partir de 1998, a referida convenção começou a ser aplicável em Macau. Depois do regresso à Pátria, esta convenção continua a ser aplicável na RAEM, segundo um aviso do Governo, publicado em Janeiro de 2001.

Segundo essa Convenção, a criança é todo o ser humano menor de 18 anos e deve gozar de diversos direitos. A Convenção define quatro princípios fundamentais para salvaguardar os direitos da criança, proíbe qualquer discriminação, dá prioridade aos interesses, à sobrevivência e ao desenvolvimento da criança e esta tem o direito de ser ouvida. O art.º 4.º da Convenção prevê que os Estados Partes se comprometem a tomar todas as medidas legislativas, administrativas e outras necessárias à realização dos direitos reconhecidos pela Convenção.

Há mais de dois anos, sugeri ao Governo da RAEM, mediante uma intervenção antes da ordem do dia, que avaliasse a situação da execução da Convenção sobre os Direitos da Criança em Macau, nomeadamente, a insuficiência do regime jurídico vigente. No entanto, é pena que até ao momento o Governo não tenha avançado nos trabalhos legislativos relativos à protecção da criança. Aproveito a ocasião do Dia Mundial da Criança, no próximo dia 20 de Novembro, e volto a apelar às autoridades administrativas para que revejam, alterem e aperfeiçoem, quanto antes, a respectiva legislação, por exemplo:

1. É necessário estabelecer uma lei específica para a protecção de menores, definir expressamente os seus direitos, responsabilidades e deveres, e ainda elevar a consciência dos residentes no que respeita à protecção de menores.

2. Aperfeiçoar o Código Penal: para além de avaliar a suficiência, ou não, das penas aplicáveis aos crimes contra menores, é necessário passar os seguintes crimes semipúblicos para públicos, previstos no Código Penal: “Maus-tratos ou sobrecarga de menores, incapazes ou cônjuge” (art.º 146.º), “Abuso sexual de crianças”, “ Abuso sexual de educandos e dependentes”, “Estupro” e “Acto sexual com menores”, (art.º 166.º a art.º 169.º), no sentido de reforçar o efeito de dissuasão da lei e a protecção de menores.

3. É necessário legislar para que os encarregados de educação assumam responsabilidades jurídicas em caso de os menores sofrerem prejuízos, por negligência dos encarregados de educação, na prestação de cuidados a menores.

O artigo 19.º da “Convenção sobre os Direitos da Criança” estipula que os Estados Partes devem tomar todas as medidas para proteger as crianças contra “a negligência e o abandono”. Aquando da elaboração da Lei de Prevenção e Correção da Violência Doméstica, o Governo teve como princípio fundamental evitar que o seu articulado envolvesse matéria regulada na legislação penal vigente. Assim, nessa versão da proposta de lei sobre combate ao crime da violência doméstica, omitiu-se a “negligência” da lista de “actos do crime de violência doméstica”, para que fosse regulamentada posteriormente através de outra medida legislativa. Neste momento, em alguns países, a lei proíbe expressamente que se deixem crianças menores sozinhas em casa, uma vertente que deve ser discutida também em Macau. No entanto, antes disso, é necessário colmatar a lacuna da lei, imputando a responsabilidade jurídica que cabe aos tutores e encarregados de educação responsáveis por danos corporais provocados por negligência aos menores.

4. Reforço da protecção às mulheres e crianças, acelerando a legislação de combate à violência doméstica. Os crimes cometidos nesse âmbito devem ser criminalizados. Sendo de carácter semipúblico a maioria desses crimes, como a ofensa ao corpo, a coacção, o crime contra a liberdade sexual e contra a autodeterminação sexual, e os maus-tratos, é necessário alterar essa situação em que o processo penal é iniciado apenas com a apresentação de queixa, e que não contribui para a protecção de mulheres e crianças.

Em suma, espero que, no que respeita à protecção de crianças e mulheres, as autoridades não adoptem uma atitude de deixar andar e, no plano jurídico, não devem evitar as dificuldades e fazer o que é mais fácil para o Governo. As leis consideradas necessárias devem ser elaboradas quanto antes, a revisão dos artigos do Código Penal deve ser concluída quanto antes, e o Governo deve assumir a sua própria responsabilidade.

IAOD do Deputado Sio Chi Wai em 18.11.2014

O tema da APEC é identificado como “parceiros da Ásia-Pacífico para construir uma relação orientada para o futuro” e, durante a conferência de 2014 realizada em Pequim, foram discutidas três questões prioritárias: 1. “promover a integração económica regional”; 2. “promover a inovação e o desenvolvimento, e a reforma e o crescimento económico”; e 3. “fortalecer a toda a volta a construção de infra-estruturas e a interoperabilidade”. Foram ainda foco nesta conferência 1 – a “criação do Banco Asiático de Investimento em Infra-estruturas”; e 2 – a “criação da zona de livre de comércio Ásia-Pacífico”. Quanto a esta zona de comércio livre, espera-se que possam ser incluídos países grandes como a China, os Estados Unidos da América e a Rússia, entre outros, no sentido de se criar a maior zona de comércio livre a nível mundial. Estes objectivos, para além de serem vantajosos para todos, constituem ainda a base para a cooperação Ásia-Pacífico.

Nestes últimos dois a três anos, a integração económica da região Ásia-Pacífico registou fortes desenvolvimentos. Primeiro, conseguiram-se vários avanços em muitas negociações comerciais cujos padrões de exigência eram elevados, por exemplo, entre a China e a Nova Zelândia, os Estados Unidos da América e a Coreia, o Japão e a Austrália, a Coreia e a Austrália, a China e a Coreia, a China e o Japão, etc. Estas negociações, já findas ou em curso, demonstram-nos como é forte a tendência de integração económica na região Ásia-Pacífico. E, com esta tendência, o círculo económico da Ásia-Pacífico vai assumir-se como a região de comércio e investimento mais importante a nível mundial.

Olhando para as notícias sobre a Conferência da Cooperação Económica Ásia-Pacífico (APEC) em Pequim e para a conjuntura que se vive no mundo e em Macau, não é difícil verificar que o ambiente económico global tende a uniformizar-se, e que são muitas as oportunidades e desafios para Macau. Beneficiamos das vantagens concedidas pelo Interior da China, mas também contribuímos com os nossos esforços para a criação dum bom ambiente económico, no entanto, não podemos ficar a marcar passo, ou seja, temos de conhecer e de fazer face aos desafios resultantes do desenvolvimento económico dos países e regiões vizinhos. Em primeiro lugar, temos de conhecer a conjuntura actual, de prever correctamente a sua evolução e, ainda, de reforçar a consciência quanto à necessidade de enfrentar as adversidades. E, das mudanças conjunturais contínuas, devemos agarrar sempre as oportunidades e lançar medidas eficazes para manter o desenvolvimento sustentável da economia.

O Governo da RAEM definiu como objectivo do desenvolvimento da diversificação da economia a promoção da construção de um centro e de uma plataforma, uma das medidas lançadas face à complexa conjuntura económica internacional. Fazer de Macau um centro mundial de turismo e lazer e uma plataforma regional de comércio e serviços é o rumo desenhado para a diversificação da economia. No caso do centro, os grandes esforços do Governo já deram resultado e, no caso da plataforma, ainda precisamos de reforçar o

desenvolvimento da nossa economia. Passo então a enumerar quatro aspectos:

1. Macau é uma plataforma de comércio e serviços com os países de língua portuguesa, estando por isso em excelentes condições para impulsionar o desenvolvimento das liquidações em Renminbi com esses países, passando Macau a ser uma plataforma para as liquidações em Renminbi entre a China e os Países de Língua Portuguesa.

2. A formação de elites é tarefa prioritária, nomeadamente de elites bilingues e que dominem as áreas jurídico-comercial, financeira, logística, de exposições e convenções, e gestão, em prol do estreitamento e do desenvolvimento sem sobressaltos das relações económicas e comerciais.

3. O impulsionamento da plataforma de comércio e serviços deve aproveitar a força dos serviços competentes do Governo, e a força da sociedade cívica, nomeadamente, a força motriz do elevado número de PME, para criar um mecanismo resultante da força do Governo e da sociedade, o que só beneficia a criação de uma plataforma de comércio e serviços mais adequada ao ambiente económico de Macau.

4. Há que ultrapassar as actuais limitações, através da articulação das leis e da aplicação de medidas para facilitar o acesso entre fronteiras, promovendo assim a articulação entre o *software* e o *hardware* no âmbito do desenvolvimento urbanístico. Temos que aproveitar as vantagens geográficas oferecidas pela Província de Cantão, para promover, em conjunto, o desenvolvimento da cooperação regional.

Recorrendo às palavras do Presidente Xi Jinping, no seu discurso, a propósito do encontro dos líderes da APEC em Pequim: “Uma grande era exige uma grande visão, e esta, por sua vez, requer grande sabedoria”. Macau também precisa de grande sabedoria para conseguir integrar-se nesta grande era!

IAOD da Deputada Chan Hong em 18.11.2014

Promover a concretização da “Estratégia de Incheon”

No final de Agosto de 2008, Macau aderiu à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Em Novembro de 2012, a Comissão Económica e Social das Nações Unidas para a Ásia e o Pacífico publicou o 3.º plano sobre as pessoas com deficiência (2013-2022), em Incheon, na Coreia do Sul, designado por “Estratégia de Incheon”, que visa promover o objectivo de concretizar o gozo efectivo dos direitos das pessoas com deficiência na Ásia e no Pacífico. Esta estratégia, feita com base nos princípios consagrados na referida Convenção, contém 10 objectivos relacionados com a Convenção, 27 objectivos mais concretos e 62 parâmetros. O presente ano é o segundo da sua implementação, e a concretização do espírito e conteúdo da mesma, que contribui para a melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência de Macau e para o desenvolvimento dos seus direitos, depende muito dos esforços conjuntos do Governo da RAEM e da sociedade.

Actualmente, em Macau, há pouca prestação de apoios às pessoas com deficiência, por exemplo, há falta de entendimento e de aceitação social para com essas pessoas, o ensino especial está na fase inicial e não tem uma rede escolar perfeita, a oportunidade de emprego dessas pessoas é relativamente baixa, há falta de recursos humanos e de técnicos que lhes prestem apoio, os deficientes têm uma autoconfiança baixa e há falta de serviços de saúde para crianças com deficiência, etc. Para criar um ambiente em que todos vivam em harmonia, é importante que os residentes entendam e aceitem as pessoas com deficiência e assim é que se pode evitar conflitos. Tomando como referência a referida estratégia, tenho as seguintes sugestões:

1 – Implementação em Macau da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência

O Governo de Macau deve legislar para ser implementada a Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, incluindo uma lei contra a discriminação de deficientes. Em todas as fases do ensino obrigatório, deve-se promover a educação sobre essa Convenção para a população ser informada, desde a aprendizagem nas escolas, das necessidades dos deficientes. Cabe ao Governo intensificar as acções de sensibilização sobre esta Convenção através dos média, e promover com a sociedade civil iniciativas de sensibilização como a venda de autocolantes, concursos de pintura e de composição, e visitas aos deficientes, para que todas as camadas sociais possam ter um conhecimento sobre estes.

2 – Criação de um ambiente sem barreiras físicas e reforço da educação cívica

O Governo tem vindo a criar um meio sem barreiras físicas, e realizado

acções de divulgação, mas há ainda espaço para melhoria a esse respeito. Além do trabalho legislativo e da eliminação de barreiras físicas nas construções, é necessário haver mais vídeos de sensibilização para serem divulgados através dos média. Pode-se, também, organizar concursos de *design* de cartazes, de composição, de fotografias e de pintura, como forma de conseguir um maior efeito nas acções de sensibilização junto da sociedade.

3 – Maior segurança social para os deficientes

É necessário que o Governo eleve a protecção económica dos deficientes. Com o aumento do preço dos bens e o agravamento da inflação, os subsídios e abonos atribuídos aos deficientes pelo Governo representam um apoio de valor reduzido que não chega para resolver as necessidades económicas das famílias dos deficientes. Proponho a prestação de mais apoios técnicos e económicos às instituições que apoiam os deficientes, encorajando mais empresas e organizações a criarem entidades que lhes prestem serviços, proporcionando-lhes um maior número de apoios sociais.

4 – Proporcionar perspectivas de desenvolvimento profissional e oportunidades equitativas de emprego aos portadores de deficiência que pretendem trabalhar

O Governo e as concessionárias do jogo, entre outras grandes empresas, têm a obrigação de contratar, proporcionalmente, os portadores de deficiência que pretendam trabalhar, para lhes proporcionar oportunidades equitativas de emprego e locais de trabalho, e ainda de definir mecanismos sistemáticos para a construção de elevadores; o Governo deve liderar na definição de políticas e estimular as PME a contratar portadores de deficiência.

5 – Elevar a qualidade dos cuidados de saúde e dos serviços de encaminhamento

Partindo de um posto de vista da primeira fase de tratamento e ensino, se se conseguir diagnosticar, o mais cedo possível, os impedimentos das crianças deficientes mentais, é possível proporcionar-lhes o devido tratamento e formação, atempadamente. Proponho acelerar o ritmo do trabalho das entidades médicas públicas em relação à avaliação das crianças que necessitam da primeira fase de educação especial, aumentar os recursos humanos, e aperfeiçoar os serviços de encaminhamento da primeira fase de tratamento e ensino. A protecção da saúde dos portadores de deficiência é a base para elevar a sua qualidade de vida, assim, proponho a criação de uma unidade reservada para pessoas com necessidades especiais no actual sistema médico, a fim de reduzir o tempo de acesso aos cuidados de saúde dos portadores de deficiência.

6. Rever, quanto antes, o regime de avaliação do tipo e grau de deficiência

O referido regime entrou em vigor em Março de 2011 e muitas associações de reabilitação manifestaram diferentes opiniões sobre o mesmo. O IAS está a proceder à revisão desse regime com vista a aperfeiçoá-lo, e prometeu concluir

esta revisão ainda este ano. Assim, exorto o Governo a divulgar, quanto antes, os respectivos resultados, a fim de dar início aos trabalhos de melhoria e aperfeiçoamento da avaliação do tipo e grau de deficiência.

Espero que o Governo e a sociedade continuem a envidar esforços conjuntos para promover a implementação da “Estratégia de Incheon” em Macau, a fim de criar uma sociedade harmoniosa, com comunhão de deficientes e saudáveis.

IAOD do Deputado Mak Soi Kun em 18.11.2014

O Governo está satisfeito com os resultados da educação cívica?

Peritos e académicos afirmam que a educação cívica é uma actividade de formação que fornece aos indivíduos, enquanto cidadãos, conhecimentos sobre o exercício de direitos e a assunção de deveres. Através do material didáctico e do método de ensino empregue, esta actividade visa dar a conhecer aos alunos os direitos e deveres dos cidadãos, a relação entre a pessoa e a comunidade, a democracia, o cumprimento da lei, entre outros. A moral é uma matéria ministrada em educação cívica, por exemplo: “alguns académicos, num texto intitulado ‘Comentários à formação moral pública’, afirmam que a moral se subdivide em ‘moral pública por acção’ e ‘moral pública por omissão’. A ‘moral pública por omissão’ consiste em que um indivíduo deve evitar que a sua conduta ou o seu comportamento prejudiquem os outros ou o público. Trata-se de um acto de não praticar determinados actos, por outras palavras, não contrariar o mínimo exigido pela sociedade. Sempre que as pessoas forem autodisciplinadas, a ordem pública, enquanto disciplina reconhecida por todos, poderá ser basicamente concretizada. A ‘moral pública por acção’ consiste num acto, por iniciativa do indivíduo, para dar contributo aos outros, à sociedade ou até ao país. São, no total, 18 situações que demonstram em concreto a ‘moral pública por acção’ e ‘a moral pública por omissão’. Quanto à violação da ‘moral pública por omissão’, as situações compreendidas são as seguintes: não ser pontual; faltar aos convívios sem justa causa; danificar plantas nos jardins e entrar em locais proibidos; pintar, sujar e denegrir as paredes, nomeadamente as dos templos; sujar os lavatórios dos serviços públicos ou dos estabelecimentos públicos; causar perturbações aos outros nos transportes, puxar coisas pesadas, danificar as vias; adquirir interesses próprios nas obras de natureza pública, entre outras. A ‘moral pública por acção’ compreende as seguintes situações: enveredar pelo caminho da autodisciplina; rectificar os maus hábitos; conjugar esforços com residentes urbanos e rurais; prestar rapidamente socorro aos órfãos, viúvas e incapazes que estão a ser enganados por manhosos; salvar e ajudar os pobres e portadores de deficiência; prestar, na medida do possível, apoio às actividades de caridade do país; prestar atenção à economia do país para evitar injustiças no comércio externo, etc...”

Segundo especialistas e académicos, quando se pretende diferenciar a “moral individual” da “moral social”, há que realçar então o conteúdo fulcral da “moral social”: “a pessoa, como indivíduo independente, tem que necessariamente assumir regras de conduta perante todos os membros da sociedade, independentemente da hierarquia, e isto é o que chamamos de deveres a assumir perante a sociedade. Segundo os resultados da prática social, a “moral social negativa” tem mais significado real do que a “moral social positiva”, isto é, é mais explícita a “linha de base social” dos critérios do acto pessoal nas relações sociais, e isto é a base teórica de uma sociedade harmoniosa. Os trabalhos efectuados activamente pelo Governo, a participação de toda a população e a boa interacção é o ponto fulcral para concretizar a “reconversão” da “pessoa”, na sociedade

moderna. A experiência decorrente da concretização social e da transformação da própria pessoa diz-nos que: se numa sociedade existirem 5% de pessoas que conseguem alcançar uma “moral social positiva” com elevados critérios, isto é meramente uma amostra, que não tem grande significado. Mas se numa sociedade já existem 75% a 80% de pessoas que conseguem cumprir a “linha de base social”, então, esta sociedade já é basicamente uma sociedade harmoniosa.

Por exemplo: no dia-a-dia em Macau, o atravessar de uma rua é uma coisa normal, mas há sempre alguém que não cumpre as regras de trânsito, originando acidentes. O número de acidentes decorrentes do passar com a luz vermelha, não ceder prioridade aos peões que estão a passar na zebra e atravessar as ruas fora das passadeiras tem vindo a aumentar anualmente. Segundo os dados actualizados do Corpo de Polícia de Segurança Pública, nos primeiros 9 meses de 2014, o número de casos de passar com a luz vermelha atingiu 1 723, uma diferença de 25,13% em comparação com o período homólogo do ano passado; o número de casos de atravessar a rua fora das passadeiras atingiu 1 707, uma diferença de 745,05% em comparação com o período homólogo do ano passado. Em 2013, foram 4 os casos que envolveram mortes decorrentes da não cedência de prioridade aos peões que estavam a passar na zebra ou nos cruzamentos, mas o número desses casos já atingiu 5, até aos primeiros 9 meses deste ano.

O referido caos no trânsito e os casos de mortes nas passadeiras podem revelar que os serviços competentes não punem bem as infracções e demonstrar também a falta de civismo dos nossos residentes, pois ainda não atingiram o nível que os académicos definem, não falando então da sua elevação. No âmbito da ecologia, a sociedade preconiza que a protecção ambiental é da responsabilidade de todos, contudo, poucas pessoas, por sua iniciativa, assumem essa responsabilidade. Há na nossa vida quotidiana muitos destes casos que não reflectem a eficácia da educação cívica.

Muitos residentes criticam certas falhas grandes na educação, nomeadamente, na educação cívica. Nos últimos anos, o Governo da RAEM tem reforçado a consideração da educação cívica, mas, segundo alguns professores, a moral e a educação cívica ainda não estão incluídas nos manuais escolares dos alunos do ensino secundário complementar. Porquê? Será porque os serviços competentes não puseram em relevo estes temas? Ou será porque não dispõem de um mecanismo para o efeito ou por outras razões? A sociedade evoluiu muito e a sua economia desenvolve-se rapidamente. Porque é que o civismo da população recua ainda? Macau já regressou à Pátria há quinze anos e agora as autoridades devem reflectir sobre o assunto. Os residentes pediram-me para perguntar ao Governo se está satisfeito com o nível de educação cívica da população.

IAOD do Deputado Tsui Wai Kun em 18-11-2014

As receitas brutas do sector do jogo sofreram recentemente uma redução, conseqüentemente, reduziram os impostos do jogo durante cinco meses consecutivos. Essa diminuição é cada vez maior e acabou por reduzir também a vontade dos consumidores e investidores, e ainda o número das transacções no mercado imobiliário. Segundo o relatório do Fundo Monetário Internacional, existe um risco significativo de abrandamento económico a nível mundial. E o que nos preocupa é que a maior parte das receitas públicas provém do imposto sobre o jogo, e também o facto de uma grande percentagem da população activa trabalhar para este sector, portanto, esta situação veio reafirmar a profunda dependência da economia de Macau no sector do jogo, ou seja, ainda não foi possível resolver o problema da monotonia da nossa economia. Por outro lado, nestes últimos anos aumentaram os abonos e o valor da comparticipação pecuniária, foram concedidas várias isenções e diversas regalias no âmbito da medicina, educação, segurança social, instalações básicas, etc.. O Governo deve ser cauteloso e prudente na sua gestão financeira, para quando se verificarem mudanças económicas, a sociedade não ter de enfrentar grandes choques, uma vez que não é possível a nossa economia manter-se permanentemente numa boa situação.

A população de Macau também deve ter consciência da “necessidade de se preparar bem antes da tempestade” e deve conhecer bem a importância do desenvolvimento económico, deve aumentar as suas capacidades e tentar experimentar coisas novas e encontrar novas oportunidades, a fim de promover a diversificação económica de Macau. Perante a actual situação da nossa economia, devemos estar unidos e apresentar sugestões para o rumo da sua diversificação, devemos fugir às polémicas e aos assuntos que facilmente afectam a nossa estabilidade, não devemos dar oportunidade àqueles que se aproveitam das ocasiões para destruir a nossa harmonia e estabilidade social, bem como para causar diferenciação social e oposição política, e o caso do movimento “Occupy Central” de Hong Kong deve servir-nos de lição.

IAOD do Deputado Ng Kuok Cheong em 18.11.2014

A “Teoria da Organização Industrial” é um dos contributos académicos de Jean Tirole, o vencedor do Prémio Nobel de Economia deste ano, e os efeitos excelentes da análise no âmbito do controlo industrial ultrapassam os que decorrem do modelo de oligarquia e da teoria da concorrência monopolística. A “Teoria da Organização Industrial” é composta por 3 elementos, nomeadamente, a estrutura de um mercado, o comportamento de um mercado e a *performance* de um mercado. Numa perspectiva de curto prazo, a estrutura do mercado dita o comportamento do mercado, e este comportamento vai determinar a *performance* do próprio mercado, podendo aplicar-se o *game theoretic framework* para a análise do comportamento do mercado, que é decorrente da referida estrutura. Numa perspectiva de longo prazo, a *performance* do mercado pode provocar efeitos negativos no comportamento do mercado e este, por sua vez, provocar o mesmo na estrutura do mercado.

A “Teoria da Organização Industrial” proposta por Jean Tirole é substancial para a análise do desenvolvimento do sector predominante da RAEM. Apelo aos governantes responsáveis pela definição das políticas económicas, incluindo o futuro Secretário para a Economia e Finanças, que dominem esta teoria.

Nos últimos dez anos, o sector do jogo tem-se expandido rapidamente, o número de mesas de jogo aumentou de mais de 300 para 5000 e as receitas totais aumentaram de 15 mil milhões para mais de 300 mil milhões. Sendo impulsionado pelo sector do jogo, que lidera, o número de turistas subiu para cerca de 30 milhões, e isto faz com que Macau esteja a enfrentar um enorme problema no âmbito do respectivo acolhimento. Nos últimos dez anos, o sector do jogo da RAEM desenvolveu-se sempre com prosperidade e cada empresa concessionária já começou a preparar os novos investimentos ao nível do jogo para 2016.

Atendendo ao facto de as empresas concessionárias terem conseguido enormes lucros nesta cidade, ao longo dos últimos anos, é natural que procedam a reinvestimentos de grande dimensão, o que se traduz também na robustez para impulsionar o desenvolvimento do sector. Analisando a situação com base na “Teoria da Organização Industrial”, este comportamento do mercado decorre da *performance* do mercado acumulada nos últimos 10 anos. Entretanto, esta robustez de investimento e desenvolvimento está condicionada pela regra de “a estrutura do mercado determinar os comportamentos do mesmo”.

Antes da data de renovação dos contratos de concessão que o Governo da RAEM terá que tratar, cada empresa concessionária já começou a preparar os novos investimentos para 2016, que vão duplicar em comparação com os antigos, e isto visa salvaguardar a renovação da concessão mediante o aumento dos investimentos e a manutenção da percentagem que cada empresa concessionária representa no mercado. A estrutura do mercado dita o comportamento do mesmo, assim, as empresas concessionárias vão aumentar os investimentos para

salvaguardar a renovação da concessão e manter a sua percentagem representativa no mercado, conforme o *game theoretic framework*.

O comportamento do mercado determina os resultados conseguidos. A importância dada ao aumento, de grande envergadura, dos investimentos, para salvaguardar a renovação da concessão e a manutenção da percentagem que cada empresa concessionária representa, vai contribuir para menosprezar a melhoria da qualidade do sector do jogo e a necessidade da sua conversão.

Nos últimos cinco meses, registou-se um decréscimo da receita bruta do sector do jogo, e isto representa o fim do seu aumento rápido e constante, registado durante muitos anos. As empresas concessionárias vão aumentar a oferta de *hardware*, mas a procura não vai aumentar de modo algum. Na realidade, as seis grandes empresas concessionárias têm investimentos nos sectores do jogo de outras regiões da Ásia e é aceitável que queiram continuar a obter lucros e a manter a sua percentagem no mercado. Mas, para atingir esse objectivo, é necessário realizar novos investimentos de grande envergadura e isto pode levar o sector do jogo a entrar numa armadilha com excesso de produtos.

Por ocasião da renovação dos contratos de concessão do jogo, o Governo da RAEM deve fiscalizar e orientar as empresas concessionárias que conseguiram grande volume de lucros, resultantes do desenvolvimento acelerado do sector do jogo e da expansão rápida das receitas, para investirem parte desses lucros na substituição dos projectos velhos por novos, a fim de manter este sector criativo e atractivo, otimizando esta indústria e elevando a sua competitividade de forma sustentável. Se apenas for focada a ampliação “brutal” da escala do sector, isso só vai sobrecarregar mais a capacidade de acolhimento de Macau, agravar os conflitos entre as partes patronal e laboral, e impedir a diversificação sectorial, colocando a RAEM num grande risco económico. Actualmente, estas empresas têm vindo a aumentar constantemente a proporção dos trabalhadores importados e estão a preparar-se para importar mão-de-obra para desempenhar as funções de *croupier*, agravando os conflitos no sector.

Se não houver um reajustamento específico, consoante a “Teoria da Organização Industrial” dos sectores de actividades, tal irá acarretar um efeito explosivo em série na economia de Macau: primeiro, o avultado investimento realizado de forma grosseira e abundante em *hardware*, no sector dominante, implicará uma necessidade excessiva de *software* (maior número de mesas de jogo, de força laboral, de mão-de-obra importada, etc.) resultando, também, na eliminação de uma parte das pequenas e médias empresas (PME) devido à carência de recursos. Segue-se, depois, a redução dos lucros das operadoras do sector dominante como resultado desse excedente dos meios de produção, provocando conflitos entre as partes patronal e laboral devido à deterioração das condições oferecidas aos trabalhadores em situação dos meios produtivos em abundância...

De facto, após a entrada no séc. XXI, tem vindo a crescer o peso do sector

dos serviços na região da Ásia, tal como o valor de produção e o número de empregados neste sector económico. Passado algum tempo de desenvolvimento, os economistas da Ásia começaram a constatar uma dependência excessiva do sector de serviços em relação à importação de mão-de-obra, daí esta mão-de-obra barata se ter vindo a sobrepor à necessidade de investimento, dando origem a uma redução em média do valor da produção, num ambiente de concorrência de longo prazo entre os operadores, dificultando a gestão dos recursos humanos e agravando os conflitos entre as classes sociais.

Na minha opinião, o Governo deve aproveitar o seu poder de decisão na renovação das licenças do jogo, exercendo atempadamente a sua influência nesse processo para monitorizar e dirigir o desenvolvimento deste sector em Macau.

Em relação às medidas concretas que podem ser adoptadas pelo Governo da RAEM para essa monitorização e direcção do rumo de desenvolvimento do jogo, as autoridades locais devem utilizar os meios jurídicos para definir uma política que preveja o provimento de trabalhadores locais nos postos de supervisor e de *croupier*, limitando também o aumento do número de mesas de jogo a uma taxa de crescimento anual de 3 por cento, mesmo que haja novos investimentos. Nos novos investimentos realizados pelas empresas do jogo, estas devem ser orientadas a transferir as suas mesas de jogo e os trabalhadores para os novos projectos. Além disso, devem cooperar com as empresas e profissionais locais no sentido de transformarem as suas antigas instalações de jogo em sedes para convenções, indústrias culturais e criativas, ou para outras finalidades turísticas que contribuam para a diversificação da estrutura económica. A direcção do reajustamento no sector deve ser definida quanto antes, e os operadores devem ser informados claramente, para poderem mobilizar os seus recursos na redistribuição atempada das mesas de jogo e na redefinição funcional das suas antigas e novas instalações. Deste modo, essas operadoras vão poder dar início a uma transformação experimental no sector, para que os seus investimentos em *hardware* resultem na substituição e eliminação dos equipamentos antigos, e contribuam para a melhoria deste sector de actividade e para o aumento contínuo da sua capacidade de concorrência.

IAOD do Deputado Au Kam San em 18.11.2014

Quanto aos 40 mil idosos que ficaram gravemente prejudicados por terem optado pela antecipação da pensão para idosos, o Chefe do Executivo, Chui Sai On, afirmou, no ano passado, que tinha recebido as suas queixas e que ia mandar fazer um estudo actuarial e definir medidas de compensação. Ao fim de mais de um ano foi publicado o relatório actuarial, segundo o qual os referidos idosos não estão a sofrer prejuízos, antes pelo contrário, até ficam beneficiados, uma vez que deviam receber 72% do valor total da pensão e esta percentagem devia manter-se inalterada durante a sua sobrevivência. Só que, segundo o regime vigente, os idosos em causa recebem 75% e podem receber o montante total da pensão quando completarem 80 anos, por isso, segundo aquele relatório, o Governo até está a beneficiar os idosos que optaram pela antecipação.

Segundo os especialistas responsáveis pelo relatório, o cálculo em causa baseia-se no valor total da pensão, sem ter em consideração a taxa de sobrevivência. Assim, será mais beneficiado o idoso com 60 anos que recebe a pensão antecipada se morrer antes de completar 65 anos, e se morrer antes de completar 80 anos será mais beneficiado do que os que não optaram pela pensão antecipada, por isso, os mais beneficiados são os idosos que recebem a pensão antecipada e morrem mais cedo. Coitados destes idosos! De facto, a forma de cálculo da pensão para idosos, que se baseia no valor total da pensão, não só não tem em consideração a taxa de sobrevivência como também serve para enganar os idosos.

Antes de 2008, devido à anormalidade do desenvolvimento da economia de Macau, a procura por trabalhadores jovens era maior e os idosos eram recusados, o que afectou parte deste grupo populacional. Muitos eram obrigados a abandonar o emprego antes dos 65 anos, e tinham de enfrentar as dificuldades de encontrar novo emprego. Foi então nesta conjuntura que apelaram ao Governo para antecipar a pensão para idosos para os 60 anos, como forma de resolver as suas dificuldades, e após várias petições nesse sentido, o Governo aceitou a reivindicação e permitiu a antecipação da pensão aos idosos com mais de 60 anos. Porém, esta acabou por ser um pagamento, distribuído por um período de vinte anos, do montante total da pensão a que tinham direito ao fim de quinze anos, ou seja, desde os 65 aos 80 anos. Foi por isso que se criou a “regra do jogo” - o pagamento da pensão proporcionalmente à idade do beneficiário. De facto, o Governo efectuou os seus cálculos com todo o rigor, e o que se verifica é que os idosos não receberam nem um tostão a mais, porque tratou-se apenas do pagamento do valor total da sua pensão relativa a quinze anos mas distribuído agora por vinte anos. Mas o Governo tem divulgado que os idosos não perdem nem um tostão com essa antecipação. É certo que, se o valor da pensão se mantiver ao mesmo nível durante vinte anos, então, o beneficiário não vai receber nem mais nem menos do que o equivalente ao período de dez a vinte anos em que o seu pagamento é antecipado, e o valor total da pensão corresponde ao que

devia ser pago até aos oitenta anos. Quando foi anunciada a possibilidade de antecipação da pensão para os 60 anos, os responsáveis do Governo garantiram que a medida não ia reduzir o montante total da pensão a que se tinha direito.

Devido às limitações impostas, à medida que aumenta o valor da pensão maiores são os prejuízos para quem pediu a sua antecipação, atendendo a que o valor recebido equivale a uma determinada percentagem. Alguns idosos fizeram as contas, e só nestes últimos anos sofreram prejuízos superiores a 40 mil patacas. O FSS divulgou o relatório actuarial e não negou que quem pediu a antecipação da pensão saiu prejudicado, no entanto, salientou que esta situação é comum a muitos outros locais. Parece que se esqueceu da promessa assumida aquando da promoção deste regime, altura em que afirmou que o valor total não ia ser afectado. Aquele Fundo até entende que os que pediram a antecipação da pensão o fizeram por vontade própria e que já sabiam muito bem dos prejuízos que iam sofrer quando apresentaram o pedido, e mais ainda, classifica de brigões todos os que solicitam ao Governo uma compensação pelos prejuízos, e quer livrar-se de todas as responsabilidades e imputá-las aos idosos, que confiaram nos governantes. Podem então esquivar-se de responsabilidades, troçar, e até classificar de estúpidos os idosos que pediram a antecipação da pensão. Isto fica muito mal.

O Presidente do FSS afirmou que “a fórmula mais justa para o cálculo da pensão antecipada seria reduzir a percentagem e não aumentá-la”, isto é, reforçar a situação de miséria dos beneficiários. Afirmou que “os beneficiários desta pensão concordaram e aceitaram a actual fórmula de cálculo”, ou seja, imputa as responsabilidades aos idosos. Aquele presidente parece que não sabe da realidade e que não consegue ouvir o descontentamento dos 40 mil idosos afectados.

Se na altura os idosos não sabiam dos prejuízos e pediram a antecipação da pensão foi porque o Governo realçou que isso não ia prejudicá-los. Esclarecer devidamente o público sobre as suas políticas é uma responsabilidade a que os membros do Governo não podem esquivar-se. E foram os erros das suas explicações que levaram os residentes a fazer uma má opção, isto é prevaricação por parte dos membros do Governo que, por isso, têm de assumir as devidas responsabilidades.

Segundo os contactos que fiz, os idosos que anteciparam a pensão também dão ouvidos à razão, muitos deles não estão a pedir uma indemnização ao Governo, só exigem que se acabe com os prejuízos. Um dos pedidos é a pensão poder continuar a ser descontada proporcionalmente até aos 80 anos, mas sem que tal aconteça quando o valor da pensão é alvo de aumento, a fim de garantir que o valor total não seja reduzido devido a esse aumento. Isto é só um pedido para acabar com os descontos. Mas mesmo perante um pedido tão pequeno, o Governo continua a descurá-lo, então, por que razão está sempre a falar do

respeito pelos idosos?

A controvérsia da antecipação da pensão para idosos já se mantém há vários anos. No caso dos idosos, os prejuízos resumem-se a dinheiro, enquanto que para o Governo representam a destruição incessante da credibilidade que lhe resta. Ao longo destes últimos 15 anos, já perdeu toda a credibilidade junto dos jovens, e se agora são os idosos que também se sentem enganados e traídos, não estará a honestidade do Governo a entrar em plena falência?

O Sr. Chui vai ser novamente Chefe do Executivo durante cinco anos. Portanto, deve dar uma oportunidade a si próprio!

IAOD do Deputado Tong Io Cheng em 18.11.2014

Desde o 18.º Congresso do Partido Comunista da China, foi promovida integralmente a governação de acordo com o primado da lei, o que trouxe grande estímulo para o sector jurídico, e no país acelerou-se o ritmo do estabelecimento do sistema jurídico e da implementação do Código Civil. Em Macau, a Lei Básica constitui a salvaguarda do primado da lei, e os diferentes códigos e outras leis importantes são a base fundamental desse primado na nossa sociedade.

Na minha opinião, estas leis são boas, na sua generalidade. O desenvolvimento social exige a promoção constante da revisão dos códigos. Embora o conteúdo dos códigos seja relativamente estável, mas ninguém considera que não podem ser revistos. Por exemplo, o Código Civil Francês, desde a sua definição, já passou por inúmeras grandes e pequenas revisões.

Nos últimos dez anos, os Códigos de Macau também sofreram algumas alterações, mas, inevitavelmente, não conseguiram acompanhar a evolução dos tempos e estão desactualizadas.

De facto, a revisão de códigos normalmente não é uma tarefa fácil, porque envolve muitos considerandos sobre o sistema.

Nos países onde o primado da lei está amadurecido, o sector teórico e o sector prático têm grandes equipas para, em tempo oportuno, transmitir os problemas dos grandes códigos, ao longo da sua aplicação, ao Governo ou ao Partido em causa. Porém, tendo em conta o estado socioeconómico e político, bem como a estrutura jurídica, as organizações profissionais e consultivas, em Macau, dificilmente assumem esta função, ou seja, não conseguem acompanhar, concretamente, o desenvolvimento de cada código.

A legislação em duas línguas torna o problema ainda mais complicado. Na sequência da governação de acordo com o primado da lei, e da evolução social, deve haver novas ideias para o desenvolvimento jurídico.

Na minha opinião, o Governo deve criar uma Comissão de Acompanhamento de longo prazo para os códigos, a fim de serem ajustados à evolução dos tempos. Esta comissão pode estar subordinada ao actual Conselho Consultivo da Reforma Jurídica, ou ser criada noutra estrutura, e ser responsável pelo acompanhamento do impacto da teoria dos respectivos códigos e do desenvolvimento das jurisprudências, devendo ainda ter em atenção se existem problemas nas expressões utilizadas nas duas línguas, para, durante um determinado período, se aperfeiçoar a técnica jurídica e as expressões ou a linguagem utilizadas nos códigos. A referida comissão deve ser composta por académicos da área em causa e operadores da prática jurídica, devendo realizar reuniões de forma regular e apresentar ao Governo, anualmente, relatórios profissionais ou até sugestões de produção legislativa.

IAOD do Deputado Ma Chi Seng em 18.11.2014

Para o desenvolvimento sustentável das PME, o Governo implementou diferentes políticas de apoio, por exemplo, os regimes do Plano de Garantia de Créditos a PME e do Plano de Garantia de Créditos a PME Destinados a Projecto Específico, e depois, em Setembro deste ano, criou ainda o Plano de Apoio Financeiro a Sítios Electrónicos de PME, sob a tutela do Fundo de Desenvolvimento Industrial e de Comercialização. A implementação desses planos revela a determinação do Governo no apoio às PME, mediante diferentes meios, para as desenvolver. Na sequência da implementação do Plano de Apoio Financeiro a Sítios Electrónicos de PME, muitas empresas manifestaram as suas opiniões. Hoje, também vou apresentar algumas sugestões sobre a concepção, o âmbito de financiamento e os procedimentos deste plano.

Primeiro, a concepção do Plano de Apoio Financeiro a Sítios Electrónicos não bate certo com as necessidades reais das PME. Através deste plano, o Governo pretendeu reforçar a utilização do comércio electrónico no seio das PME, no sentido de poderem angariar clientes, explorar mercados do exterior de forma moderna e com baixos custos, e, ainda, promover o desenvolvimento do comércio electrónico em Macau. Mas a realidade é que, segundo vários empresários, nem todos os tipos de PME reúnem condições para instituir o seu sítio electrónico, mais ainda, a maioria não dispõe de capacidade para uma atempada manutenção e actualização do sítio electrónico. As PME precisam de aproveitar a sua página electrónica como meio de divulgação e plataforma de transacção, por isso, é difícil atingir os efeitos previstos apenas com o financiamento do Governo, em especial, porque as próprias PME não dispõem das respectivas capacidades, nem de verbas para a contratação de pessoal técnico para operar o sítio electrónico. Ao fim e ao cabo, isto só vai contribuir para o aumento do número das empresas de páginas electrónicas.

Segundo, chegou-se à era de fusão dos média. Muitas PME recorrem à rede social virtual e à plataforma *e-business* para concretizar o seguinte: investir o mínimo para conseguir, por meio das tecnologias da informação, divulgar as suas actividades e efectuar as suas transacções. Incentivar as PME a criarem os seus *websites* não é mau, mas é evidente que o investimento não vai corresponder à produção, se os recursos forem investidos apenas para apoiar essa criação. Os serviços competentes devem ponderar o ajustamento do âmbito de apoio do referido Plano, por exemplo, apoiar as PME na aquisição de sistemas de *software*, na criação de aplicações móveis, etc.

Terceiro, segundo queixas de muitos lojistas, as formalidades para o requerimento de apoio financeiro são complexas e o tempo de apreciação do pedido é longo, isto é, da apresentação do pedido até à obtenção do apoio financeiro demora meio ano. Assim, os serviços competentes devem pensar numa simplificação dos respectivos procedimentos, para que mais lojistas consigam obter quanto antes o referido apoio.

Em suma, o objectivo da criação do Plano de Apoio Financeiro a Sítios Electrónicos de PME é bom, mas o seu âmbito deve ser alvo de estudo, e as formalidades devem ser necessariamente simplificadas. Proponho aos serviços competentes que disponibilizem mais acções de formação sobre as actuais redes sociais virtuais, aplicações móveis e plataformas de transacções electrónicas para os proprietários das PME, para estes conseguirem obter conhecimentos básicos sobre *e-business* e, de seguida, apoiá-los através daquele Plano, para que possam, com as modernas tecnologias da informação, divulgar as suas empresas e vender os seus produtos. Só assim é que se consegue efectivamente apoiá-los a adaptarem-se ao desenvolvimento das tecnologias da informação, elevando realmente o nível das indústrias.